



Revista do Corpo Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFRGS

O MUTUALISMO OPERÁRIO E OS DESAFIOS À HISTÓRIA SOCIAL

Icaro Bittencourt¹

Resumo: Este artigo procura relacionar as discussões teórico-metodológicas vinculadas à história social e seus críticos com as perspectivas historiográficas dos estudos das sociedades de socorros mútuos no Brasil. A partir dessa discussão, propomos também algumas hipóteses em relação à pesquisa que fazemos sobre o mutualismo operário na cidade de Cachoeira (RS), entre o final do século XIX e início do século XX.

Palavras-chave: Mutualismo. História Social. Historiografia.

1 Introdução

Nos últimos anos, a história social, a despeito de suas diferentes definições, sofreu diversas críticas e, em algumas produções, certo redimensionamento de suas problemáticas. Papel importante nesse sentido teve a aproximação dos historiadores sociais com o chamado “giro lingüístico” e com diversas abordagens pós-estruturalistas que, nos seus pressupostos básicos, reivindicavam uma mudança importante no estudo dos grupos sociais e de suas experiências.

Outros estudos, inspirados pelo individualismo metodológico, problematizaram muitas das interpretações conhecidas sobre a análise de grupos sociais e de suas diferentes ações na história. Se esses questionamentos afetaram de forma profunda a história social, não menos importantes foram os desdobramentos disso nas abordagens preocupadas com a história do trabalho e dos trabalhadores, muitas vezes reivindicada como a principal corrente da história social, quando não confundida mesmo com esta.

A história do trabalho identificou-se primeiramente como um estudo das organizações operárias, principalmente sindicatos e partidos. No entanto, mudanças teórico-metodológicas e mesmo a descoberta de outras fontes, que atingiram o conhecimento histórico como um todo

durante o século XX, provocaram também transformações nas temáticas e abordagens da história do trabalho que, de uma preocupação quase exclusiva com o movimento operário, passou a dedicar seu tempo a estudar a classe operária em seus diferentes aspectos, incluindo seu modo de vida, sua cultura e mesmo sua formação e diferenças ao longo do tempo.

Mas se as mudanças que aproximaram a história dos trabalhadores dos estudos culturais já dividiram os praticantes da área em diferentes interpretações, mais profundo ainda parece ter sido o questionamento mesmo da própria noção de classe que embasava os diferentes estudos, às vezes colocando-a como resultado de outros aspectos ou mesmo negando sua existência empírica.

Sabendo das limitações e da provável impossibilidade de tratarmos dessas questões dentro das abordagens da história social em geral e mesmo da história social do trabalho em particular, decidimos analisar esses aspectos no estudo específico sobre sociedades de socorros mútuos operárias. Apesar da valorização recente do estudo de associações mutualistas no Brasil em suas especificidades, para além da noção de que elas representavam uma pré-história de sindicalização da classe operária, em outros países, como Inglaterra, EUA e França, os estudos sobre o tema já incorporaram muitos debates relacionados à chamada “crise” da história social e à influência nesta do individualismo metodológico e do “giro lingüístico”.

Assim, é importante pensarmos nestas questões e relacioná-las com algumas abordagens recentes sobre o mutualismo operário na historiografia brasileira, principalmente, tentando indicar um “estado da arte” dos estudos mais importantes sobre o assunto. Além disso, utilizar o estudo das mutuais como exemplo dos desafios colocados à história social em geral e do trabalho em particular atualmente, justifica-se justamente porque envolve o estudo de organizações operárias e, na interpretação destas, está sempre presente a problemática da definição classista ou não das associações. Outra vantagem, já que se trata de um estudo presente nas origens da história do trabalho, a análise das interpretações sobre organizações operárias pode evidenciar as mudanças em longo prazo das abordagens em história social.

Deste modo, este texto fará inicialmente uma breve exposição sobre as definições do que seriam a história social e a história social do trabalho, partindo para um delineamento geral das revisões destas definições pelas abordagens influenciadas pelo giro lingüístico e pelo individualismo metodológico. Por último, serão expostos os desdobramentos desse debate nos estudos sobre mutuais a partir de quatro exemplos: as noções de estratégias privadas e públicas, como aquelas defendidas por Marcel Van der Linden e utilizadas por Adhemar da Silva Jr. para o caso brasileiro; as adoções do individualismo metodológico e de

teorias antropológicas como a teoria dos jogos e da reciprocidade, como no caso de Claudia Viscardi; o conceito de experiência de Edward Thompson, como utilizado no caso brasileiro por Ronaldo Pereira de Jesus, Cláudio Batalha e Marcelo Badaró Mattos; e, por último, os estudos sobre retórica fraternal em sociedades de socorros mútuos, como os praticados por Brian Glenn sobre associações nos EUA.

2 História social e história social do trabalho: algumas definições

A origem do termo história social, ligada à Escola dos Annales, remete à crítica dirigida pelos historiadores desta tendência à história factual e preocupada quase que exclusivamente com os marcos políticos e diplomáticos. Assim, a história social teria como principal problema de pesquisa o homem e suas diversas ações em sociedade. Porém, a abrangência deste projeto, ligada à noção de história total, levou a diversos questionamentos da plausibilidade de se pensar o “social” como um nível diferenciado da realidade histórica assim como todos os outros até então estudados, como o econômico, o político e o cultural.

A partir disso, a história social acabou sendo identificada com pelo menos três tradições: a francesa, da história social e econômica dos Annales com a utilização em larga escala das abordagens quantitativas; a inglesa, ligada à história social do trabalho britânica, de Hobsbawm, Thompson, Hill, entre outros; e uma preocupada com os estudos da vida cotidiana, como se fosse uma “história sem política”.²

Para Natalie Davis, podemos falar em dois momentos diferentes na trajetória da história social, um primeiro, chamado por ela de “história social clássica” e outro de uma “nova história social”. A primeira seria caracterizada pela relação intrínseca com a sociologia e com a economia, pela preocupação com a definição, criação e relação dos grupos sociais, sobretudo das classes. As explicações teriam como eixo as mudanças estruturais da sociedade e o modelo socioeconômico. Além disso, em momentos diferentes, interessou-se pela investigação das mentalidades, da consciência e das ideologias. Para Lequin, a história social originada nos Annales tinha como objetivo

acentuar os grupos sociais limitados por dimensões e traços particulares, e as relações de dependência ou de oposição que mantêm entre si. A história social privilegiou, muito antes das outras ciências humanas, a noção de estrutura, que não deixaria em seguida de utilizar com abusos teóricos.³

Já a “nova história social”, aproximando-se da antropologia e da literatura, preocupar-se-ia com diversos agrupamentos além daqueles caracterizados por um quadro socioeconômico, incluindo gênero, etnia, idade, etc e como esses aspectos se relacionam com as diferentes classificações dos grupos sociais. As grandes mudanças e os processos sociais são muitas vezes identificados a partir do estudo de uma realidade particularizada, em alguns casos, próxima de uma dimensão analítica etnológica. Por isso, um dos principais exemplos dados pela autora para ilustrar estas novas abordagens da história social foi a micro-história italiana.⁴ Apesar da mudança de alguns enfoques, esta proposta metodológica manteve muitos dos problemas da história social, mesmo modificando substancialmente a maneira de resolvê-los. O que unificaria essas diferentes abordagens da história social seria a preocupação em estudar os grupos sociais e a dinâmica das ações dos agentes individuais e coletivos.

Como afirmou Silvia Lara, a história social passou a dedicar bastante atenção à cultura, enfrentando mais abertamente a tensão entre práticas sociais e culturais. Segundo a autora, referindo-se à relação entre abordagens culturais e sociais:

Creio que um dos grandes problemas que atravessam a história cultural e social hoje em dia seja justamente o de lidar com estas relações contraditórias de consenso e dissenso, unidade e diversidade, união e conflito entre grupos sociais e no interior dos grupos de uma sociedade.⁵

Apesar das diferentes facetas da história social hoje, Hebe Castro afirmou que: “A história social mantém, entretanto, seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – na explicação histórica [grifo da autora]”.⁶

De sua parte, a história social do trabalho, antes identificada quase que exclusivamente ao estudo do movimento operário, como dito anteriormente, ampliou seus temas e abordagens para diversos grupos sociais, inclusive fora das relações capitalistas, procurando compreender a diversidade das relações de trabalho nas sociedades ao longo da história. Outros problemas passaram a fazer parte da história do trabalho para além do enfoque exclusivamente classista. Nesse sentido, aspectos como etnia, gênero, entre outros, foram vistos como essenciais para perceber as peculiaridades da formação e composição das classes sociais e outros grupos coletivos nas diversas sociedades.

O trabalho escravo, o trabalho rural, as influências de gênero e etnia nas relações de trabalho acabaram provocando importantes mudanças nos métodos e interpretações desse

campo de estudos. São cada vez mais importantes os estudos que exploram a tensão dos limites e dos marcos antes estabelecidos, como a passagem do trabalho escravo para o livre, as diferentes configurações dos conflitos de classe e da autonomia ou heteronomia sindical.

Também novas alternativas metodológicas tem sido bastante freqüentes na renovação da história do trabalho, como o uso de biografias, das abordagens transnacionais, comparativas e cruzadas e mesmo de uma tentativa de um paradigma global para os estudos em história do trabalho.⁷ Além disso, no que compete ao tema mais específico deste texto, as sociedades de socorros mútuos operárias receberam, no caso brasileiro, uma renovada atenção da historiografia nos últimos anos, preocupada em estabelecer suas peculiaridades, alguns questionando mesmo a abordagem classista para a interpretação do mutualismo e mesmo seu vínculo com a história sindical. Mas isso será assunto para o último item do texto.

3 Linguagem e indivíduo: algumas considerações

Em muitos casos, os críticos da história social, tanto aqueles ligados à história cultural quanto aqueles influenciados pelo giro lingüístico e o pós-estruturalismo, foram oriundos da chamada história social clássica (como definida mais acima) ou pelo menos compartilharam fortemente da herança dela. Se uma das principais críticas dos historiadores da cultura era a utilização em larga escala da grade socioeconômica para explicar as práticas sociais e culturais, os historiadores sociais que se aproximaram da linguagem questionaram as próprias categorias até então utilizadas, como as de classe e experiência.

No caso da história do trabalho, um dos estudos pioneiros nessa reflexão foi o de Gareth Stedman Jones sobre o cartismo na Inglaterra. Em seu livro *Languages of class*, Jones problematiza o viés predominantemente classista na interpretação do cartismo, afirmando que a hegemonia da análise classista desenvolvida pelo marxismo, principalmente na interpretação do contexto histórico inglês, prejudicou o reconhecimento de especificidades em diversas experiências históricas, além de ignorar a importância da linguagem política na articulação da experiência social, no sentido que aquela atribuiria a esta.

Neste sentido, para o autor, o cartismo teria que ser compreendido muito mais pelo seu caráter político do que social, já que teria sido a linguagem do radicalismo do século XIX (que identificava os males sociais como consequência do monopólio do poder político e da corrupção do Estado) a responsável pela aglutinação do movimento cartista e não uma suposta experiência unificada da classe operária que teria gerado um comportamento político.

Nas palavras de Stedman Jones, citado por Paulo Fontes

A simples dialética entre consciência e experiência não pode explicar a forma precisa que assumiu a ideologia cartista.(...) Não era uma simples experiência, mas também uma determinada ordenação lingüística da experiência, o que podia levar as massas a crer que “sua exclusão do poder político é a causa de nossas anomalias sociais” e que o “poder político” era a causa da “opulência”. A consciência não pode se relacionar com a experiência a não ser que se interponha entre ambas uma determinada linguagem que organiza a compreensão da experiência e é importante sublinhar que um mesmo conjunto de experiências pode ser articulado por mais de uma linguagem.⁸

Deste modo, ainda segundo o historiador inglês, não devemos

decifrar a linguagem política para conseguir uma expressão primeira e material do interesse, já que é a estrutura discursiva da linguagem política que concebe e define o interesse em primeira instância. Assim, pois, o que devemos fazer é estudar a produção do interesse, a identificação, a ofensa e a aspiração dentro das próprias linguagens políticas.⁹

Assim, a classe seria muito mais uma realidade discursiva do que ontológica, sendo o estudo da linguagem fundamental para a compreensão da dinâmica da relação entre experiência e ação política, evitando assim a idéia de que a primeira determinaria a segunda.

Muitas críticas foram dirigidas à argumentação de Stedman Jones e, segundo Paulo Fontes, uma das principais foi feita para Dorothy Thompson, que apontou vários problemas na argumentação do historiador inglês, como uma definição bastante precária do que seria linguagem, a utilização de apenas dois jornais classistas como fontes e a extrapolação das ideias políticas de algumas lideranças cartistas para todo o movimento. Mesmo assim, apesar das ressalvas importantes que podemos fazer em relação à argumentação de Stedman Jones, a interpretação que o autor propôs a partir da linguagem e dos discursos políticos afetou os estudos da história social e estimulou um debate bastante frutífero na área.

De outro modo, uma das críticas mais contundentes à história social foi feita por Joan Scott, problematizando o conceito de experiência. Para a autora, não podemos dissociar o estudo das “experiências” das formas discursivas que dão sentido a elas e as classificam, chamando a atenção, assim, para o caráter multifacetado das experiências sociais elaboradas discursivamente e não compreendendo essas experiências como absolutamente determinantes da linguagem e das práticas discursivas.

É importante, para Scott, questionar o conceito de experiência como sendo auto-evidente e que legitima indiscutivelmente a veracidade da interpretação histórica (o que muito fundamentou os trabalhos de história social), alertando para a necessidade de escrutinar a construção discursiva das “experiências”.¹⁰ A partir desses questionamentos, dois conceitos

muito importantes para o surgimento e para a renovação da história social, como os de classe e experiência, passaram a ser revistos e discutidos nas interpretações e não mais naturalizados.

Em sentido diferente, outros intelectuais passaram a questionar os pressupostos da história social, principalmente aquelas interpretações marxistas mais influenciadas pelo estruturalismo. Uma das principais críticas adveio dos chamados “marxistas analíticos”. Para os representantes dessa corrente, o marxismo deveria ser renovado a partir da influência de pelo menos três áreas de conhecimento: a ciência social empírica, a economia neoclássica e, a principal delas, a filosofia analítica. Nesse sentido, o que se propõe como centro de sua perspectiva teórico-metodológica é o esclarecimento rigoroso dos conceitos e dos pressupostos fundamentais da investigação sobre a sociedade, abandonando qualquer tipo de modelo de análise e conteúdos programáticos baseados em conceitos vagos. Por essa razão, rejeitam até mesmo a dialética, entendida como uma noção obscura que na verdade apenas disfarça a semelhança que o marxismo tem e deve ter com a metodologia científica clássica.¹¹

Essa distinção metodológica em relação às outras tradições do marxismo fica bem marcada com a aproximação e a defesa de alguns marxistas analíticos de um “individualismo metodológico”:

O exemplo mais marcante, talvez, da rejeição das afirmações da distintividade metodológica marxiana provém dos marxistas analíticos que se declaram explicitamente proponentes dum “individualismo metodológico”, endossando, dessa maneira, uma posição metodológica por eles associada a uma boa ciência social, mas que tem sido virtualmente rejeitada, tradicionalmente, por todos os marxistas. [...] Além disso, até recentemente os proponentes do individualismo metodológico tratavam com igual desdém o marxismo. Alguns deles, como Hayek e Popper, entre outros – chegaram mesmo a propor expressamente o individualismo metodológico como uma alternativa às práticas explanatórias do marxismo.¹²

No entanto, os representantes dessa tendência não se furtam de dialogar com esses “aparentes” paradoxos entre individualismo metodológico e marxismo. Entre eles está Jon Elster, que formulou uma tipologia em relação às abordagens dos indivíduos dentro das ciências sociais. Segundo o autor, seriam quatro os paradigmas: 1) individualista; 2) funcional fraco; 3) funcional principal e 4) funcional forte.

Os paradigmas funcionais, segundo Elster, admitem em graus diferentes as consequências inesperadas das ações dos indivíduos. No “funcional fraco” essas consequências existem e eventualmente podem ter um efeito institucional que extrapola o indivíduo. No entanto, elas nunca determinam e, portanto, não explicam, o comportamento individual.

Para o “paradigma funcional principal” (ao qual estaria vinculado Karl Marx), ainda é o indivíduo o sujeito da ação, no entanto, os efeitos inesperados desta ação, se transformados em instituições e estruturas sociais, devem explicar a origem e as razões da atividade do ator histórico. Por último, o “paradigma funcional forte”, identificado com o holismo, explicaria absolutamente o comportamento do indivíduo pelas estruturas sociais, negando aos atores históricos a capacidade de uma agência significativa, pelo menos do ponto de vista explicativo, no funcionamento e na mudança das sociedades.¹³

Mas o que seria então o paradigma individualista? Jon Elster o define desta maneira :

Chamo de individualismo metodológico a doutrina segundo a qual todos os fenômenos sociais (sua estrutura e sua mudança) são explicáveis, em princípio, apenas em termos de indivíduos: de suas características, fins e crenças. Essa doutrina não é incompatível com nenhuma das proposições verdadeiras que se seguem: (a) indivíduos freqüentemente têm fins que envolvem o bem-estar de outros indivíduos; (b) eles freqüentemente acreditam em entidades supra-individuais não redutíveis às crenças que têm sobre os indivíduos; [...] (c) muitas características dos indivíduos, tais como “autoridade” ou “poder”, são irredutivelmente relacionais, de modo que uma descrição precisa de um indivíduo deve ser feita por referência a outros indivíduos.¹⁴

Dessa maneira, Elster atribui o potencial explicativo dos fenômenos sociais à intencionalidade do indivíduo e a alguns aspectos de suas relações intersubjetivas. No entanto, sua proposta não é uma aproximação com a análise de redes sociais, e sim com a teoria dos jogos:

O paradigma adequado para as ciências sociais é uma explicação causal-intencional mista – *compreensão intencional* das ações individuais e *explicação causal* de suas interações. [...] Os indivíduos também interagem intencionalmente. E é aqui – no estudo das interações intencionais entre indivíduos intencionais – que entra a teoria dos jogos. A necessidade da teoria dos jogos surge à medida que os atores individuais cessam de ver os outros como obstáculos dados para suas ações e começam a considerá-los como seres intencionais.¹⁵[grifo do autor]

Portanto, não seria nem a classe nem mesmo uma experiência coletiva que demarcaria os limites e as causas das ações humanas e sim as motivações individuais, oriundas de estratégias específicas e da interação dos indivíduos na sociedade.

4 Mutuais e novas abordagens

Um dos principais momentos de renovação do estudo das associações mutualistas no Brasil, além da publicação do livro de Tânia Regina de Luca¹⁶, foi a edição de 1999 dos

Cadernos AEL (do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP), intitulada “Sociedades operárias e mutualismo”, na qual diversos historiadores mostraram seus resultados de pesquisa sobre o tema.¹⁷ Para citar um exemplo, em seu artigo, Cláudio Batalha demonstra, para o caso do Rio de Janeiro, a combinação complexa, por vezes contraditória, em outras complementar, entre as práticas de resistência e de previdência no interior do movimento operário.

No entanto, além dessa contribuição, segundo Ronaldo Pereira de Jesus, o artigo de Batalha e dos demais historiadores presente nesse volume dos Cadernos AEL fez consolidar a noção de classe como fenômeno histórico dentro dos estudos sobre o movimento operário no Brasil, destacando, além disso, a importância das experiências associativas do século XIX para o entendimento do movimento operário no século XX.¹⁸ Portanto, nestas interpretações, seriam hegemônicas as noções de classe e experiência para a explicação da formação da classe operária brasileira e da atuação das diversas organizações operárias, referência teórica que também norteia os trabalhos atuais de Ronaldo Pereira de Jesus sobre mutuais no Império (fundamentalmente o conceito de experiência) e as pesquisas recentes de Marcel Badaró Mattos sobre a formação da classe trabalhadora carioca, com forte inspiração nas reflexões thompsonianas.¹⁹

Como um exemplo diverso da interpretação das origens das associações operárias (principalmente as mutualistas) como oriundas de experiências comuns de classe, temos as abordagens de Adhemar Lourenço da Silva Jr, inspirado nas reflexões de Marcel Van der Linden. Para esta interpretação, as sociedades de socorros mútuos devem ser entendidas como originadas na estratégia privada de seus membros com o objetivo de securitização contra o descenso social. A partir disso, somente condições históricas específicas poderiam desencadear a adoção de estratégias públicas (como de identidade de classe, por exemplo) através dos indivíduos e de suas organizações.²⁰

Na sua tese de doutorado, Adhemar Lourenço da Silva Jr., que se debruçou sobre as diversas manifestações do fenômeno mutualista no Rio Grande do Sul, entre 1854 e 1940, comparando suas características com outros contextos históricos, procura evidenciar as possíveis relações entre estratégias privadas e públicas no surgimento e desenvolvimento das sociedades de socorros mútuos, atentando precisamente para as condições nas quais a satisfação dos objetivos das primeiras poderiam desencadear a promoção das segundas.²¹ Nesse sentido, Silva Jr., em sua definição mais genérica sobre o mutualismo, argumenta que a origem das associações estaria na estratégia privada de seus membros de garantirem proteção contra o descenso social, isto é, contra a possibilidade iminente de perda parcial ou total do

trabalho e dos meios de subsistência, sendo que os objetivos públicos, que extrapolassem os benefícios privados para os sócios, como, por exemplo, a construção de uma identidade para a classe, ou para uma categoria, não seriam uma explicação generalizável para o fenômeno.²² Apesar da formulação diferenciada, muito inspirada pelo individualismo metodológico, a interpretação de Silva Jr. acompanha uma tradição historiográfica que atribui à situação de “insegurança estrutural” dos trabalhadores no capitalismo, um papel crucial na iniciativa dos mesmos (ainda que seja uma atitude “privada”) de organizarem-se para socorrerem-se mutuamente.²³

Outros estudos recentes importantes são desenvolvidos por Claudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus. Centrando-se na análise das experiências mutualistas em Minas Gerais, Viscardi elabora um detalhado perfil das organizações de socorros mútuos, principalmente na cidade de Juiz de Fora, destacando as complexas relações entre mutualismo e filantropia. Combinando alguns pressupostos de abordagens antropológicas, como a teoria dos jogos, a antropologia econômica de Karl Polanyi e os estudos de Marshall Sahlins, a autora identifica como motivadoras para o surgimento das sociedades de socorros mútuos a confiança dos indivíduos nas relações de reciprocidade e, nesse sentido, a convicção de que os interesses privados só poderiam ser atingidos através da organização coletiva. Segundo Viscardi:

Karl Polanyi nos informa que, em sociedades caracterizadas pela ausência de um mercado formal, as relações de troca expressam princípios alternativos ao comportamento econômico capitalista de tipo competitivo, pois a reciprocidade – que pode ser entendida como atos isolados de dar e receber – requer aceitação de regras (não necessariamente escritas) e existência de confiança mútua, sentimentos que obliteram a bipolaridade das relações sociais de troca, amenizando a luta competitiva.²⁴

Essas condições seriam ainda mais evidentes no momento em que as relações capitalistas de troca e produção não tinham se consolidado, atentando a autora para a relação entre mutualismo e formas capitalistas ainda não consolidadas de relações sociais. Em relação a Marshall Sahlins, a autora dialoga com os dois modelos de reciprocidade (balanceada e generalizada) conceituados pelo antropólogo.

A balanceada opera no ambiente onde as trocas são iguais. A generalizada prepondera nas relações onde alguém contribui mais do que recebe, sabendo que, em algum momento, receberá de volta o valor contribuído anteriormente. Mesmo que não receba, manterá aquele que a recebeu sob seu controle (dependência). Ambos os modelos ocorrem nas mutuais. O indivíduo contribui o tempo todo sem saber quando e quanto receberá em troca. Para quem contribui, e raramente usufrui, o ganho é a manutenção da dependência dos outros em relação a ele e o

conseqüente reforço de seu status, principalmente se tratar de um sócio benemérito (generalizada). Para quem usufrui daquilo com que contribui (balanceada), a relação de dependência está mantida.²⁵

Acompanhando essas duas abordagens sobre a reciprocidade, Viscardi ainda utiliza-se de argumentos da “teoria dos jogos”, já que segundo ela, este enfoque:

também nos ajuda a entender porque a reciprocidade é tão fundamental para a manutenção das associações . As regras de reciprocidade se apóiam no espírito de confiança mútua, que, ao prevalecer entre os jogadores, oferece bons resultados para ambos [...]. Nos jogos, os custos para o transgressor são muito altos. Nas mutuais, também. Todos perdem.

No âmbito da teoria dos jogos, as pessoas escolhem confiar nas outras não porque sejam naturalmente altruístas e cooperativas, mas porque aspiram por ganhos individuais só obtidos coletivamente. [...] Associar-se implica numa decisão estratégica que envolve o risco da perda e do ganho. Como sócio, você confia que, no leque de opções disponíveis aos demais sócios, a escolha pelo bem da associação seja a mais natural, não porque ele seja honesto e trabalhador, mas porque, no êxito do empreendimento, está o ganho individual de cada um.²⁶

Já as pesquisas de Ronaldo Pereira de Jesus, direcionadas para as associações mutualistas da Corte no tempo da Monarquia, revelam outros aspectos importantes na interpretação das origens das sociedades de socorros mútuos.²⁷ Para o autor, o caráter definidor das experiências mutualistas no Rio de Janeiro entre 1860 e 1887 seria o estabelecimento de relações horizontais entre “a gente comum da corte”, desdobramentos da crise da dominação senhorial na segunda metade do século XIX:

No entanto, mesmo partindo do espectro estabelecido pela hegemonia do paternalismo, podemos caracterizar as práticas que agrupavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão – materializadas nas sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais) erigidas na capital do Império – como práticas de solidariedades horizontais. Para tanto, devemos observá-las como portadoras de uma “cultura emergente” na sociedade monárquica escravista brasileira, e analisá-las a partir do conceito de “experiência”, de acordo com o sentido atribuído por E. P. Thompson a esta categoria. Ou seja, devemos entender, de modo mais amplo, as ações dos homens e mulheres que erigiram as sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), no Rio de Janeiro entre 1860 e 1887, como “experiência humana”. Como respostas mentais e emocionais e/ou não-formalizadas, sustentadas por grupos ou indivíduos, diante de muitos acontecimentos inter-relacionados.²⁸

Não obstante, para Ronaldo Pereira de Jesus, apesar de considerar que seu trabalho seja especificamente sobre a cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do Império, a atribuição da origem das experiências mutualistas a relações horizontais entre seus

protagonistas pode implicar no redimensionamento dos estudos sobre sociedades de socorros mútuos.

[...] dois desafios se colocam para o estudo das associações beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), erigidas na capital do Império entre 1860 e 1887, que agregavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão. Primeiro, a necessidade de se observarem as associações independentemente da atração que sobre este tema exerce a questão da formação da classe trabalhadora e do movimento operário e sindical, ou seja, a partir de um referencial teórico-metodológico e histórico próprios. E, segundo, conseqüentemente, traçar o esboço de uma periodização específica para o fenômeno associativo, especialmente para o período monárquico.²⁹

Pensando, portanto, na relação entre experiências comuns de um grupo social (neste caso uma classe) e as ações individuais dos trabalhadores que se associam, indicamos ser um dos desafios importantes das abordagens da história social sobre o mutualismo não sucumbir a uma interpretação que polarize essas dimensões. muito importante pensarmos a configuração peculiar das sociedades de socorros mútuos como proposta por Ronaldo Pereira de Jesus, já que as levando em conta poderemos observar de forma mais clara até que ponto as relações de trabalho modificam e em que sentido modificam a constituição e desenvolvimento de mutuais que possuem características que estão além da relação com o movimento operário, apesar de seus fortes vínculos com ele. São muito importantes, por exemplo, os argumentos de Cláudia Viscardi em relação ao conceito de reciprocidade na motivação da fundação e participação dos sócios em mutuais.

No caso da abordagem inspirada em Polanyi, pensar na experiência de associar-se buscando ajuda mútua como um comportamento vinculado a um conjunto de relações de trocas ainda não identificadas com o capitalismo competitivo remete justamente a uma dimensão mais estrutural e de experiências compartilhadas entre os trabalhadores. No caso da abordagem inspirada em Sahlins, a reciprocidade generalizada pode auxiliar no entendimento da participação de indivíduos de outros grupos sociais nas associações operárias, garantindo status e dependência em relação aos operários, para além dos outros espaços de convivência social.

No entanto, parece-nos excessiva a racionalidade “individualizada” imputada aos agentes históricos no caso da abordagem inspirada na teoria dos jogos, pois mesmo levando em conta, como na interpretação de Adhemar da Silva Jr., as estratégias privadas dos indivíduos ao se associarem em uma mutual, não podemos desconsiderar o processo de construção de interesses coletivos por parte de operários e patrões neste contexto. Deste

modo, a situação de convivência entre operários e patrões dentro e fora das associações e das fábricas, como é o caso da nossa pesquisa em Cachoeira, impossibilita, em nosso ver, valorizar apenas a escolha individual dos agentes neste processo, já que desempenha papel fundamental o grupo e os interesses do grupo ao qual pertencem esses agentes, sejam eles operários ou patrões.

A experiência no local do trabalho, incluindo a experiência da exploração, certamente é uma condição que interfere nas ações dos trabalhadores, pensando neles coletivamente. Sobre esse aspecto, Robert Castel afirmou:

Não nos esqueçamos de que a condição de assalariado, que hoje ocupa a grande maioria dos ativos e a que está vinculada a maior parte das proteções contra os riscos sociais, foi, durante muito tempo, uma das situações mais incertas e, também, uma das mais indignas e miseráveis. Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços.³⁰

A aglutinação dos trabalhadores em uma associação mutualista, como demonstrado largamente pela historiografia sobre o tema, é originada em boa parte dessa necessidade de lutar contra as péssimas condições de trabalho e que traria mais frutos se compartilhada com seus companheiros de infortúnio. Portanto, a motivação do “associar-se” nos parece muito mais influenciada pela experiência conjunta dos trabalhadores, num processo de configuração/consolidação de novas relações de trabalho e de formação de classes, do que por escolhas individuais dotadas de uma racionalidade quase que instrumental, como se os sujeitos optassem pela luta comum apenas como um meio mais eficaz para obter vantagens privadas, sem levarmos em conta as experiências partilhadas e o contexto histórico específico que possibilitou essas ações. Mas além do debate sobre essa relação entre indivíduo e classe, entre experiência e ação racional, existem as considerações sobre a relação entre classe e linguagem.

Em relação ao contexto da historiografia social do trabalho brasileira, esta não tem um volume grande de estudos sobre as relações entre linguagem e classe, muito menos quando pensamos na análise de associações operárias. Por isso, sobre o estudo da relação entre classe e discurso no mutualismo, ficaremos com o exemplo do historiador estadunidense Brian Glenn, que analisou as relações entre retórica fraternal e consciência de classe em algumas sociedades de socorros mútuos dos Estados Unidos da América e seus vínculos com a formação do Estado de bem-estar social no país.

Do que nos interessa aqui da argumentação do autor, ele contesta principalmente a ideia de que a retórica fraternal das mutuais, ou seja, os discursos de ajuda mútua entre os

membros das associações, mitigariam a consciência de classe. Este argumento, segundo Glenn, teria sido formulado baseado em dois pressupostos: o de que a heterogeneidade dos membros das mutuals impediriam um discurso estritamente classista e, segundo, a retórica fraternal substituiria, portanto, um discurso de confronto classista. Como afirmado pelo próprio autor:

The prevailing interpretation by those studying the history of mutual benefit societies is that they served to mitigate class consciousness on the part of their working-class members. This is based on a combination of two elements. First, fraternalism brought together members of different classes, which reduced animosity and distracted workers' time and energy from organizations that might have directly pursued their class interests. Second, the self-help rhetoric of fraternalism was not conducive to thinking in terms of class, and created a worker who labored hard on the factory floor but was docile politically.³¹ (p. 222-223)

No entanto, segundo Glenn, a composição de sócios de uma mutual estaria ligada à própria formação social e composição de classe na qual ela estaria inserida, sendo que se a ajuda mútua fosse o discurso predominante era porque esse era o discurso possível. Não haveria como existir um discurso classista quando a própria noção de classe era impossível de se expressar num determinado contexto. Para Glenn:

[...] lodges, "tended to reflect the communities they served," suggesting a high correlation between the makeup of a neighborhood and the membership in the local lodge. If lodges shared equally between white- and blue-collar workers in composition, their neighborhoods most likely did as well, and thus the influence on class consciousness of being in a lodge that mirrored the makeup of the neighborhood was probably slight. Lodge membership most likely reflected fairly accurately the greater socioeconomic environment in which workers lived, reinforcing lived experiences rather than contradicting them. To say that the lodges mitigated class consciousness, therefore, is to ignore the broad context of the workers' daily existence.³²

A partir desse argumento, percebemos que, mesmo utilizando-se de uma análise que leve em conta a retórica fraternal das associações mutualistas, Glenn não dissocia desta a experiência comum partilhada pelos trabalhadores e/ou os demais associados de uma sociedade de socorro mútuo. Assim, com este panorama rápido sobre diferentes interpretações da história de associações mutualistas operárias, percebemos que não podemos mais falar em um grande programa de história social, um grande esquema de explicação que a unifique, mas sim em diferentes abordagens que se preocupam em explicar a experiência e a ação de indivíduos e coletividades na história, sendo muito mais rico para essa história social os debates que resultam dessa diversidade, do que a adoção de modelos teóricos estabelecidos *a priori*.

-
- ¹ Mestrando do PPG em História da UFRGS. Bolsista CNPq.
- ² HOBBSBAMW, Eric. Da história social à história da sociedade. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ³ LEQUIN, Y. História Social. In: BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário de ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 717-724, p. 717.
- ⁴ DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la historia social. *Historia social*, 10:177-182, primavera/verão 1991.
- ⁵ LARA, Silvia Hunold. História cultural e história social. *Diálogos*, UEM, 01:25-32, 1997, p. 28.
- ⁶ CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59, p. 54.
- ⁷ BATALHA, Cláudio H. de M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, UFRGS, 13 (23-24); VAN DER LINDEN, Marcel. Globalizando a historiografia das classes trabalhadoras e dos movimentos operários: alguns pensamentos preliminares. *Trajetos*, UFC, 1(2):9-24, 2002; LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 11 set. 2007. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>; FRENCH, John. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. *História Unisinos*, vol. 6, n. 6, jul.-dez. 2002.
- ⁸ STEDMAN JONES apud FONTES, Paulo. Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of class* de Stedman Jones. *Revista de História*. FFLCH-USP, 140 (1999), p. 100.
- ⁹ Idem, p. 98.
- ¹⁰ SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, PUCSP, 16: 297-326, 1998.
- ¹¹ WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. *Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993. Ver também: ROEMER, John E. O marxismo da escolha racional: algumas questões de método. *Lua Nova*. N. 19, 23-36, 1989.
- ¹² WRIGHT et. al., op. cit., p. 189-190.
- ¹³ ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova*., n.17, p. 163-1204, 1989.
- ¹⁴ Ibid, p. 164.
- ¹⁵ ELSTER, op. cit., p. 181-182.
- ¹⁶ LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.
- ¹⁷ *Cadernos do AEL*. Campinas, IFCH, Unicamp, v. 6, n. 10/11, 1999.
- ¹⁸ JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF/Editora, 2006, p. 297.
- ¹⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- ²⁰ Para exemplos dessa abordagem ver: LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 11 set. 2007. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html> e SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas* (Estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese de doutorado. Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2004.
- ²¹ SILVA JR., op. cit., 2005.
- ²² Ibid, p. 17-68.
- ²³ Para a noção de “insegurança estrutural”, ver: SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 25-48.
- ²⁴ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF/Editora, 2006, p. 317.
- ²⁵ VISCARDI, op. cit., p. 317.
- ²⁶ VISCARDI, op. cit., p. 318-19.
- ²⁷ JESUS, Ronaldo Pereira de. *O povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)*. Tese de doutorado. PPGH-USP, 2001.
- ²⁸ JESUS, op. cit., 2007, p. 301.
- ²⁹ Ibid, p. 298.
- ³⁰ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998, p. 21.

³¹ GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. welfare state. *Studies in American Political Development*, 15 (Fall 2001), p. 222-23.

³² GLENN, op. cit., p. 225-26.

Referências

BATALHA, Cláudio H. de M. Os desafios atuais da história do trabalho. Anos 90, UFRGS, 13 (23-24). *Cadernos do AEL*. Campinas, IFCH, Unicamp, v. 6, n. 10/11, 1999.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.

DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la historia social. *Historia social*, 10:177-182, primavera/verão 1991.

ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova.*, n.17, p. 163-1204, 1989.

FONTES, Paulo. Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of class* de Stedman Jones. *Revista de História*. FFLCH-USP, 140 (1999), p. 95-105.

GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. welfare state. *Studies in American Political Development*, 15 (Fall 2001), p. 220-233.

HOBBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF/Editora, 2006.

-----.. *O povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)*. Tese de doutorado. PPGH-USP, 2001.

LARA, Silvia Hunold. História cultural e história social. *Diálogos*, UEM, 01:25-32, 1997.

LEQUIN, Y. História Social. In: BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário de ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 717-724.

LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 11 set. 2007. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>

MATTOS, Marcelo Badaró. Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil. *Tempos históricos*, Edunioeste, 5/6:11-34, 2003/2004.

ROEMER, John E. O marxismo da escolha racional: algumas questões de método. *Lua Nova*. N. 19, 23-36, 1989.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, PUCSP, 16: 297-326, 1998.

SCOTT, Joan. Prefácio à *Gender and politics of History*; TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social; VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*. Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 3:11-84, 1994.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas* (Estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese de doutorado. Porto Alegre: FFCH-PUCRS, 2004.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAN DER LINDEN, Marcel. Globalizando a historiografia das classes trabalhadoras e dos movimentos operários: alguns pensamentos preliminares. *Trajeto*, UFC, 1(2):9-24, 2002.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF/Editora, 2006.

WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. *Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.